

Rolagem no Rio em 92 fica mais cara

por Cezar Faccioli
do Rio

O governador Leonel Brizola (PDT) sancionou na terça-feira o Orçamento do Estado do Rio de Janeiro para 1992, que registra uma previsão de receita da ordem de Cr\$ 4,968 trilhões, em valores de 31 de dezembro de 1991. As despesas estão estimadas no mesmo valor, sendo Cr\$ 318,1 bilhões para pagamento de juros e encargos (6,4%) e Cr\$ 75,69 bilhões (1,53%) em amortização da dívida. Como proporção da receita tributária, relação que é abordada no projeto de rolagem da dívida dos estados com a União, as despesas com amortização passam para 2,92% e os juros e encargos da dívida para 12,26%, somando 15,18% e superando ligeiramente o teto da lei de rolagem (15%).

O fato não preocupa o secretário de Economia e Finanças, Cibílis Vianna, pois sua estimativa é que o encontro de contas com a União e a rolagem do saldo por vinte anos, conforme estabelecido pela lei de rolagem, reduzirão à metade os gastos com o serviço da dívida. "O comprometimento da receita não deverá então ultrapassar 7%", explica.

METRÔ

A dificuldade central para o acordo com a União é a dívida do Metrô, que soma US\$ 3 bilhões e supera por cerca de US\$ 100 milhões o montante dos débitos internos e externos do setor público fluminense. O gover-

nador Leonel Brizola (PDT) acredita que o relacionamento com os ministérios da Infra-Estrutura, que herdou a responsabilidade pela área de transportes, e da Economia, responsável pela discussão da rolagem da dívida, não se alterou, mesmo com as mudanças na composição do governo federal e a condução do deputado federal Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) à liderança do bloco governista.

Filho do governador da Bahia, Magalhães foi o responsável pela inclusão do artigo que obrigava a avaliação pelo preço de mercado das ações de companhias estaduais transferidas em pagamento à União, exatamente o modelo pensado para uma parcela da dívida do Metrô. O artigo foi depois vetado pelo presidente Fernando Collor.

A idéia do governo estadual é incluir uma parcela do débito do Metrô nas condições gerais da renegociação (vinte anos para amortização, seis meses de carência, parcelas semestrais e juros reais de 6% ao ano, acima do Índice Geral de Preços do Mercado — IGP-M). Outra parcela, contudo, soma 75% do US\$ 1,5 bilhão já rolado em 1989, ainda no governo Moreira Franco (PMDB), sob condições semelhantes às agora oferecidas e não é alcançável por isto pelo critério geral da lei em vigor. Para esta parcela, a proposta do governo estadual é transformá-la em ações da companhia do Metropolitano,

ampliando a parcela da União (hoje em torno de 5,23%, por meio da Empresa Brasileira de Transporte Urbano — EBTU), credora de 80% dos débitos da companhia.

A expectativa de um desafogo nas contas do estado, com a rolagem da dívida junto à União, arrefeceu os controles, impostos no dia da posse pelo governador Brizola. Principal responsável pela montagem do Orçamento de 1992, o secretário de Planejamento, Fernando Lopes, explica que foram mantidas as exigências de aval pessoal do secretário de Economia e Finanças, Cibílis Vianna, a quaisquer empenhos e liberações financeiras da administração direta e indireta. As exigências têm atingido, inclusive, os montantes constitucionalmente garantidos — e não cumpridos — de 2% da receita tributária para a Fundação de Amparo à Pesquisa (Faperj) e 6% para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

DESPESA PESSOAL

As despesas de pessoal e encargos trabalhistas, orçadas em Cr\$ 1,74 trilhão, somam 43,27% das receitas correntes e 67,20% das receitas tributáveis (inclusive transferências correntes). A estimativa da Secretaria de Planejamento é de que esses percentuais sejam momentaneamente ultrapassados com a concessão do reajuste parcelado de 100% em três vezes (janeiro, fevereiro e março), mas que ao longo do

ano seja possível retornar ao patamar de 65% das receitas líquidas, exigido pela Constituição e a lei da rolagem.

Uma medida do alívio para o caixa estadual da rolagem da dívida com a União pode ser dada pela cota no Fundo de Participação dos Estados e Municípios (formada com base na receita de tributos federais como o Imposto de Renda e sobre Produtos Industrializados — IPI) de janeiro, integralmente bloqueada para amortização de débitos e correspondente a Cr\$ 4,2 bilhões, o dobro, por exemplo, da folha de pagamento dos metroviários, integralmente a cargo do Tesouro estadual.

A confiança no sucesso da renegociação da dívida se expressa nos novos pedidos encaminhados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em plena vigência da Resolução 1718 do Conselho Monetário do Banco Central, que limita o endividamento do setor público aos níveis de fevereiro de 1988 e à qual só podem ser abertas exceções por voto do Conselho Monetário Nacional (CMN). Os pedidos ao BNDES envolvem US\$ 100 milhões para a segunda etapa da Linha Vermelha, ligação expressa entre São Cristóvão (zona Norte do Rio) e o acesso à Via Dutra, com 14,5 quilômetros de extensão, e US\$ 54,42 milhões para a compra de 250 ônibus a gás natural e outros cinquenta articulados, para uso em corredores expressos.